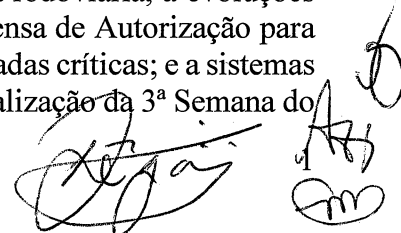


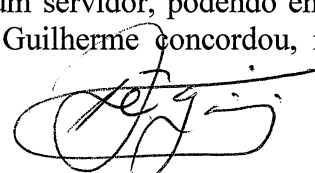
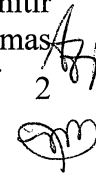
DNIT

ATA DA 132ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO DNIT

No vigésimo oitavo dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, com o início às quinze horas e quarenta e três minutos, realizou-se a Centésima Trigésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho de Administração do DNIT, na sala 13 do Gabinete do Diretor-Geral do DNIT, localizada no 4º andar do Edifício Núcleo dos Transportes, na Sede do DNIT em Brasília/DF, denominada Sala de Reuniões da Diretoria Colegiada, sob a Presidência do Senhor Marcelo Sampaio Cunha Filho – Secretário-Executivo do Ministério da Infraestrutura, com a participação dos seguintes Conselheiros, conforme consta no livro de presença: André Kuhn – Substituto do Diretor-Geral e Diretor Executivo do DNIT; Roger da Silva Pêgas – Diretor do Departamento de Transporte Rodoviário/MInfra; e Anderson Zingler, Auditor Federal de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional, representando o Ministério da Economia. Compareceram ainda o Senhor Irasmon Gomes de Melo – Auditor-Chefe do DNIT; e, como convidados, os Senhores Euler José dos Santos – Substituto do Presidente do Conselho de Administração e Assessor Especial da Secretaria Executiva/MInfra; Luiz Guilherme Rodrigues de Mello – Diretor de Planejamento e Pesquisa do DNIT; e Bruno Vendramini dos Santos – Assessor Técnico da Diretoria de Planejamento e Pesquisa do DNIT. Não compareceram os Senhores Antônio Leite dos Santos Filho – Diretor-Geral do DNIT e Eimair Bottega Ebeling – Coordenador-Geral de Planejamento de Transportes Terrestres/MInfra, por estarem em viagens oficiais; e Fabiano Mezadre Pompermayer, Subsecretário de Planejamento da Infraestrutura Nacional da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério da Economia, por estar cumprindo outra agenda. Passando à ordem do dia, o Senhor Presidente colocou em apreciação o **Item 1. Aprovação e assinatura da Ata da 132ª Reunião Ordinária do CONSAD/DNIT**. A Ata foi aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes. O Senhor Presidente então prosseguiu ao **Item 2. Apresentação dos projetos incluídos no planejamento da Diretoria de Planejamento e Pesquisa do DNIT, previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA, no Plano Plurianual – PPA, e projetados para os próximos anos, caso haja recurso disponível**, e passou a palavra ao Diretor de Planejamento e Pesquisa, o qual iniciou apresentando os resultados obtidos pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa – DPP durante o ano de 2019. Citou a quantidade de projetos de engenharia, sendo sessenta e cinco com termos de aceite emitidos, três em fase de contratação, quatro em fase de edital, e vinte e cinco em fase de elaboração de termo de referência. Disse que foram emitidas seis licenças ambientais e que houve a renovação de três licenças. Informou que foram desenvolvidos dezoito anteprojetos relativos ao Programa de Manutenção e Reabilitação de Estruturas – PROARTE e, continuando, disse que foram realizados Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEAs para trinta e quatro trechos da malha rodoviária federal, totalizando cerca de 7 mil quilômetros em um universo de 25 mil quilômetros de rodovias. O Senhor Luiz Guilherme afirmou que o Instituto de Pesquisas Rodoviárias – IPR promoveu a ministração de sete cursos a duzentas e dezessete pessoas. Ressaltou que a DPP realizou a capacitação à distância de mais de cem pessoas, incluindo participantes das Superintendências Regionais nos estados, por meio de videoconferência, a respeito do Sistema de Gestão e Planejamento – SGPLAN. Além disso, informou que o IPR produziu treze normas técnicas, as quais já foram publicadas. Prosseguiu e apresentou mais resultados obtidos ao longo deste ano, relativos à engenharia consultiva, à implementação do Sistema de Gestão de Processos de Desapropriação – SGPD, ao lançamento do BrazilRap – contratação de levantamento da malha rodoviária, a evoluções do Programa Federal de Faixas de Domínio – PROFAIXA, à dispensa de Autorização para Supressão de Vegetação – ASV em obras de arte especiais consideradas críticas; e a sistemas de gestão da DPP. O Senhor Luiz Guilherme mencionou ainda a realização da 3ª Semana do



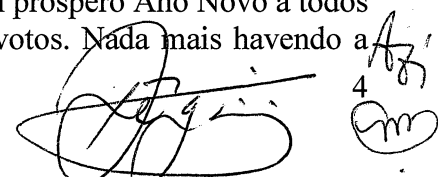
Planejamento e do 2º Seminário Nacional de Desapropriação e Reassentamento, a edição de portaria para normatizar critérios de delegação de competência relativos a projetos e a elaboração de termo de referência para uma nova contratação de consultoria. Em seguida, detalhou os projetos de engenharia relativos a 5.020 quilômetros de malha, informando que os projetos relativos a 3.611 quilômetros estão na fase de elaboração de termo de referência; os projetos concernentes a 767 quilômetros, na fase de edital; e os respectivos a 642 quilômetros encontram-se em fase de contratação. Prosseguindo, inteirou os presentes sobre a emissão de setenta e sete termos de aceite em 2019 e sobre publicação de três portarias de aprovação de projetos executivos referentes às rodovias BR-101/ES, BR-163/PA e BR-230/PA. Quanto ao PROARTE, informou que dezoito anteprojetos foram elaborados - dezessete relativos a pontes e um, a viaduto - todos considerados prioritários. Passou então a falar sobre as novas metodologias de engenharia consultiva para supervisão e gerenciamento de obras rodoviárias e para gestão ambiental no DNIT. Destacou sua extrema relevância para a Autarquia e informou que ambas as metodologias passaram por consultas públicas, por meio das quais foram realizadas quatro contribuições e vinte e cinco apontamentos. Disse que a fase atual é a de discussões internas, visando alcançar o desenho final. Nesse momento, o Conselheiro Anderson Zingler perguntou como funciona a consulta pública para esse caso. O Senhor Luiz Guilherme esclareceu que o DNIT possui um contrato com a Fundação Getúlio Vargas – FGV, cujo escopo prevê, dentre outros pontos, o desenvolvimento de novas metodologias relacionadas à engenharia consultiva. Explicou que, após avaliação interna sobre as propostas da FGV, o DNIT realiza a consulta pública, internaliza suas proposições e depois procede a discussões em Câmara Técnica, da qual participam o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União, o Ministério Público, e Associações que representam a engenharia consultiva. O Senhor Anderson agradeceu os esclarecimentos e o Senhor Luiz Guilherme deu continuidade à exposição, exibindo o quantitativo de EVTEAs aprovados em 2019, os quais abrangem rodovias em diversos estados da federação. Depois, abordou o lançamento do BrazilRap e explicou que o objetivo é identificar as vias de mais alta periculosidade no país, possibilitando a priorização de intervenções para redução dos riscos. Disse que a contratação já está em andamento e que a codificação completa dos 55 mil quilômetros de malha está prevista para o fim do primeiro semestre de 2021. No caso das obras de arte especiais, reiterou a dispensa de ASV para obras consideradas críticas e problemáticas, o que é uma facilidade para o DNIT do ponto de vista de promover intervenções mais céleres. Explanou brevemente sobre o SGPD, desenvolvido com o objetivo de automatizar, uniformizar e controlar as ações e rotinas de desapropriação para atendimento às determinações dos órgãos de controle. Em seguida, informou que 13.687 quilômetros foram identificados e cadastrados como faixas de domínio, por meio do PROFAIXA, cujo escopo compreende 53.148 quilômetros de rodovias pavimentadas e 10.333 quilômetros de não pavimentadas. Falou sobre o Atlas Gerencial da DPP - um grande repositório de informações criado com a finalidade de consolidar a carteira de estudos e projetos, o qual está atualizado para uma versão digital, interativa e integrada. A respeito do SGPLAN, asseverou que se trata de uma aplicação *web* orientada a serviços, visando garantir o gerenciamento integrado do ciclo de vida dos empreendimentos do DNIT, permitindo ao gestor uma maior eficiência no gerenciamento da carteira de anteprojetos e projetos de engenharia. O Senhor Luiz Guilherme passou a tratar da elaboração de termo de referência para contratar consultoria, dizendo que é um novo modelo de contratação, o qual está em análise na Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT. Demonstrou que esse novo modelo deverá ter um custo 21,5% menor, a mesma duração de cinco anos e uma equipe ligeiramente maior que o contrato de consultoria atualmente em vigor na Autarquia. Nesse momento, o Presidente questionou sobre a viabilidade de utilizar o modelo de contratação de Mão de Obra Temporária – MOT. O Senhor André Kuhn disse que seria ideal, devido a uma série de vantagens, tais como a permanência do contratado por até oito anos na Autarquia e a possibilidade de atuação similar à de um servidor, podendo emitir pareceres e viajar a serviço, por exemplo. O Senhor Luiz Guilherme concordou, mas


2


ponderou ser importante manter a consultoria e continuou exibindo as metas previstas para o ano de 2020, com base num orçamento de R\$204 milhões esperado para a DPP. Disse que 70 milhões de reais estariam destinados à Coordenação Geral de Planejamento e Programação de Investimentos – CGPLAN, com destaque para o Programa Nacional de Contagem de Tráfego – PNCT, considerado muito importante. Nesse ínterim, o Conselheiro Roger Pêgas falou sobre os Veículos de Diagnóstico de Rodovias – VDR, que também estão sob a incumbência da CGPLAN, cuja meta para 2020 é contemplar 40 mil quilômetros da malha rodoviária sob responsabilidade do DNIT. O Conselheiro disse que seria importante fazer levantamento da malha sob concessão, pois os indicadores utilizados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT são diferentes. Afirmou que o DNIT poderia recobrir os cerca de 63 mil quilômetros de rodovias como um todo, utilizando os mesmos índices, caso seja realizada essa avaliação. Por esse motivo, asseverou que tem defendido uma reserva de recursos para estudos e projetos junto à Secretaria Nacional de Transportes Terrestres do MInfra. O Senhor Luiz Guilherme assentiu e retomou falando sobre a Coordenação-Geral de Meio Ambiente – CGMAB, a qual terá um montante de cerca de 11 milhões de reais previsto para cumprir as metas de 2020, destinado a estudos ambientais, gestão ambiental e à contratação de empresa para elaborar projetos relativos a plantio compensatório. Para o IPR, mencionou a previsão de 10 milhões de reais para parcerias com centros acadêmicos, atualização de normativos e pesquisas. O Senhor Luiz Guilherme disse que o orçamento destacado para a Coordenação-Geral de Desapropriação e Reassentamento – CGDR será de apenas 5 milhões de reais, os quais serão destinados basicamente para contratação de serviços atinentes à rodovia BR-381/MG e para consultoria do PROFAIXA. Quanto à Coordenação-Geral de Custos de Infraestrutura – CGCIT, afirmou que há previsão de um orçamento de 35 milhões de reais, os quais servirão para dar continuidade ao contrato com a FGV, visando à atualização constante e ao suporte ao Sistema de Custos Referenciais de Obras – SICRO, incluindo o trabalho de engenharia consultiva. O Diretor fez ainda referência a um possível acordo com a Secretaria de Aviação Civil – SAC, que seria um primeiro passo para elaborar um SICRO aeroviário, a um custo de 2 milhões de reais, mas que apenas se concretizaria por demanda do MInfra. Em seguida, mencionou os orçamentos para estudos e projetos das Diretorias de Infraestrutura Aquaviária e Ferroviária - estimados em 6 e 14 milhões de reais, respectivamente. Por fim, exibiu o orçamento da Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Projetos – CGDESP, no montante de 37,5 milhões de reais, destinados a projetos relativos a 1.125 quilômetros da malha, a projetos sob demanda – menores, pontuais e críticos –, e à manutenção de uma obra de arte especial na rodovia BR-156/AP. Nesse momento, o Senhor Euler dos Santos questionou se existe algum estudo específico em andamento para pontos críticos em função do nível de excelência. O Senhor Luiz Guilherme afirmou que a CGPLAN possui um programa de segmentos críticos. No entanto, disse que esse é um programa reativo, oriundo de manchas de acidentes, ao passo que a metodologia sugerida pelo *International Road Assessment Programme* – iRAP, cuja licença para utilização o DNIT obteve recentemente, tem caráter preventivo. O Senhor Euler disse que a Polícia Rodoviária Federal tem feito cobranças quanto a pontos críticos existentes nas rodovias federais, por isso solicitou ao Senhor Luiz Guilherme que informasse o MInfra quando obtiver êxito na utilização do iRAP, cuja principal funcionalidade é informar o número de vidas salvas. O Senhor Luiz Guilherme assentiu e, terminando sua exposição, exibiu os projetos com termos de referência prontos e em elaboração, mas que não serão executados devido às restrições orçamentárias em vigor. Entretanto, afirmou que, caso surja um incremento orçamentário oriundo de emendas parlamentares, será possível encaminhar projetos para licitação ainda neste ano de 2019. Por fim, agradeceu a oportunidade e colocou-se à disposição para sanar eventuais dúvidas. O Senhor Marcelo Sampaio perguntou como o Plano Nacional de Contagem de Tráfego – PNCT tem se comportado. O Senhor Luiz Guilherme respondeu que existem, atualmente, trezentos postos distribuídos ao longo da malha e que os dados obtidos são muito precisos e de altíssima qualidade. O Presidente questionou ainda sobre o orçamento previsto para o Programa. O palestrante informou que


3
A
m

há aproximadamente 23 milhões de reais previstos para a contratação de novos postos e para manutenção do acordo com a Coppe – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Continuando, o Senhor Marcelo Sampaio pediu a opinião do Diretor de Planejamento e Pesquisa sobre a junção do IPR e do Instituto Nacional de Pesquisa Hidroviária – INPH. O Senhor Luiz Guilherme afirmou que é algo possível de ser feito, no entanto, intervindo, o próprio Presidente ponderou ser interessante, mas que os modais rodoviário e hidroviário possuem matérias muito específicas. O Senhor André Kuhn complementou dizendo que existe um projeto de criação de um grande instituto de pesquisa para contemplar todos os modais. O Presidente parabenizou o trabalho realizado pela DPP e asseverou que, tanto o MInfra, quanto o DNIT, precisam criar uma carteira de projetos viáveis de serem executados quando houver uma retomada do crescimento da economia no país. Disse ainda que a busca pela manutenção e pelo incremento do atual orçamento da área de projetos deve ser contínua. Os demais Conselheiros concordaram e também agradeceram os esclarecimentos prestados e, em seguida, o Presidente passou ao **Item 3. Informes ao Presidente do CONSAD**, primeiramente, prosseguindo ao subitem **3.1. Status de Ofícios recebidos pela Secretaria**. Foi passada a palavra à Secretária do Conselho para esclarecimentos. A Secretária informou que, em 8 de novembro de 2019, a Secretaria do Colegiado recebeu o Ofício nº. 19498, de 30 de outubro de 2019, proveniente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e endereçado ao Senhor Marcelo Sampaio Cunha Filho, solicitando a criação de um entreposto no Distrito de Cruzeiro do Nordeste, pertencente ao município de Sertânia, para incrementar o transporte das cargas do interior de Pernambuco destinadas ao Porto de Suape e vice-versa. Explicou que, por orientação do Diretor-Geral do DNIT, tais assuntos têm sido encaminhados à área correspondente e respondidos pela Autarquia ao interessado; e, posteriormente, reportados ao Conselho para ciência. Acrescentou ainda que a demanda foi respondida por meio do Ofício nº. 115585/2019/CONFER/CGOFER/DIF/DNIT SEDE, de 20 de novembro de 2019, informando que o DNIT atuará exclusivamente na desapropriação de áreas para a realização do empreendimento, devendo o pedido ser encaminhado à ANTT, que é competente para decidir sobre a viabilidade do pleito do Parlamentar. A Secretária continuou falando sobre o subitem **3.2. Status das deliberações do Conselho de Administração**. Apresentou atualizações sobre duas decisões – a primeira, para promover alinhamento do diálogo com os parlamentares quanto a obras e empreendimentos solicitados nas reuniões com as bancadas e a ações e projetos prioritários já planejados pelo DNIT para esse e o próximo ano; e a segunda, para agendamento de apresentação, nos moldes da que foi realizada para o Conselho, sob responsabilidade da Senhora Fernanda Costa de Oliveira, no próximo Fórum de Superintendentes Regionais do DNIT. Com relação à primeira deliberação, a Secretária disse que o Diretor-Geral do DNIT comunicou à Presidência do CONSAD, por meio de Despacho de 14 de novembro de 2019, que foram apresentados dados sobre o planejamento e o orçamento da Autarquia, ações e projetos prioritários para este e o próximo ano, tratando dentro da pauta, inclusive, sobre os desafios advindos da situação orçamentária atual do país, concluindo que o trabalho realizado com as bancadas permitiu o alinhamento do diálogo entre o DNIT e o Congresso Nacional, conforme recomendação do Conselho. No tocante à segunda determinação, a Senhora Marcela Braz informou que, em 13 de novembro de 2019, a Chefia de Gabinete da Diretoria Geral cientificou a Secretaria sobre a realização da videoconferência com os Superintendentes na data de 12 de novembro de 2019, atendendo ao Conselho de Administração. Por fim, o Presidente passou ao **Item 4. Assuntos Gerais** e questionou se os presentes teriam mais algum assunto a ser tratado, os quais responderam que não. O Presidente sugeriu então que a próxima reunião do Conselho ocorresse no mês de janeiro de 2020, não devendo ocorrer sessão no mês de dezembro de 2019, em face do encerramento do exercício. Os demais Conselheiros concordaram com a sugestão e definiram que assim fosse feito. Aproveitando o ensejo, o Senhor Marcelo Sampaio desejou Boas Festas e um próspero Ano Novo a todos os presentes. Os participantes agradeceram e retribuíram os votos. Nada mais havendo a



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature and the number 4.

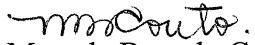
tratar, o Presidente agradeceu a participação de todos, dando por encerrada a sessão às dezesseis horas e trinta e oito minutos, da qual eu, Marcela Braz do Couto, Secretária do Conselho de Administração do DNIT, lavrei a presente Ata, que é assinada por mim, pelo Senhor Presidente e pelos demais Conselheiros.-----


Marcelo Sampaio Cunha Filho
Presidente do CONSAD/DNIT


André Kuhn
Diretor Executivo
Substituto do Diretor-Geral do DNIT


Roger da Silva Pêgas
Conselheiro


Anderson Zingler
Conselheiro


Marcela Braz do Couto
Secretária do CONSAD/DNIT